PARECER N.º   /2017.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

EMENDA Nº 3 AO PROJETO DE LEI N.º 34/2017.

OBJETO: INSERIR E ALTERAR DISPOSITIVOS AO PROJETO DE LEI Nº 34/2017 QUE DISCIPLINA E AUTORIZA A CONCESSÃO DE GRATUIDADE NO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL DE UNAÍ PARA IDOSOS, PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS, HIV, CANCER, DOENÇAS RENAIIS CRÔNICAS, ESTUDANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORA: VEREADORA ANDRÉA MACHADO

RELATOR: VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES

1. Relatório

A emenda nº 3 ao projeto de lei nº 34/2017 de iniciativa da ilustre Vereadora Andréa Machado tem o objetivo de alterar os artigos 1º, 10 e 11 do PL e acrescentar dispositivos, onde couber, com a finalidade de estender a concessão de gratuidade no serviço de transporte coletivo urbano e rural de Unaí às gestantes.

Cumpridas as etapas do processo legislativo a emenda nº 3 ao projeto de lei foi recebida pelo Presidente da Casa e distribuída a esta Comissão para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

O Presidente da Comissão recebeu a proposição em questão e designou o Vereador Paulo César Rodrigues como relator para emitir o parecer, por força do r. despacho datado de 10/5/2017.

2. Fundamentação

A análise desta Comissão se restringe ao disposto no artigo 102 do Regimento Interno (Resolução nº 195, de 25 de novembro de 1992) especificamente nas alíneas “a, g e i” do inciso I, a saber:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:

a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;

(...)

g) admissibilidade de proposições;

(...)

i) técnica legislativa de todas as proposições do processo legislativo;

(...)

O vereador é competente para propor emenda, de acordo com o Regimento Interno da Casa, senão vejamos:

Art. 236. A emenda, quanto à sua iniciativa, é:

I - de Vereador;

II - de Comissão, quando incorporada a parecer; ou

III - de cidadãos, nos termos deste Regimento.

(...)

Art. 238. A emenda será admitida:

I - se pertinente à matéria contida na proposição principal; e

II - se incidente sobre um só dispositivo, a não ser que se trate de matéria correlata, de maneira que a modificação de um envolva a necessidade de se alterarem outros dispositivos.

No entanto, tem-se que observar o teor da emenda que, no caso, objetiva conceder também gratuidade a todas as gestantes no acesso ao transporte público coletivo no Município de Unaí-MG, sob a justificativa de que:

“Nesta oportunidade venho apresentar esta emenda a fim de contemplar com a mesma gratuidade as mulheres gestantes, que tanto necessitam de transporte coletivo para sua locomoção durante esse período tão especial. A emenda apresentada visa contemplar de forma proporcional as gestantes que fazem o uso diário deste transporte para irem ao médico nas consultas de pré-natal ou até mesmo por não ter outro meio de transporte para se

locomoverem no Município, que quando necessário elas possam usufruir deste benefício”.

Acontece que esta emenda gera aumento de despesa para o Município que deverá arcar com o valor do subsídio de gratuidade de mais um beneficiário.

Observa-se que o PL 34/2017 de autoria exclusiva do Senhor Prefeito Municipal requer também autorização para realizar a abertura de crédito adicional especial por anulação ao orçamento geral do Município para atender as despesas especificadas e indica os recursos no valor de R\$500.000,00 com base nas informações fornecidas pela empresa Expresso Planalto nos autos do processo nº 04685/2017 à folha 10.

Logo, acrescentar mais um beneficiário sem apresentar a estimativa de quantas passagens gratuitas seriam por mês e ainda sem indicar o recurso, extrapolaria a estimativa do aumento de despesa apresentada pelo autor da matéria que especificamente tomou como referência 19.842 passagens gratuitas mensais ao preço contratual de R\$3,15 por mês por 8 meses, bem como a competência do vereador.

Os artigos 71, I da Lei Orgânica e o artigo 197, I do Regimento Interno preveem que:

Art. 71. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, exceto com a comprovação da existência de receita;

(...)

Art. 197. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa do Prefeito, ressalvada a comprovação de receita; e

(...)

Este relator entende que as gestantes carentes financeiramente com certeza mereciam também o benefício da gratuidade do transporte coletivo urbano, mas caberia ao Senhor Prefeito Municipal ter contemplado no projeto de lei em análise e, não, ao vereador em respeito ao princípio da iniciativa.

Portanto, sob o aspecto atribuído a esta Comissão, a emenda é inconstitucional, ilegal e antirregimental.

3.Conclusão

Em face do exposto, opina-se pela rejeição da emenda nº 3 ao projeto de lei nº 34/2017.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 15 de maio de 2017; 73º da Instalação do Município.

VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES

Relator Designado